



Ler. Saber. Dizer não. Publicar literatura em Portugal¹

Maria do Rosário Pedreira
Escritora/Editora

Bom dia a todos. Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a vossa presença e o convite que me foi feito pela Professora Doutora Ana Ramalheira para vir dar uma lição aos alunos de Edição do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro. Embora me tenha sentido obviamente honrada – não só por dedicar a vida às letras num mundo cada vez mais virado para os números, mas também por acreditar que as minhas memórias, ideias e mesmo decepções podem ensinar alguma coisa aos alunos que pretendam seguir uma carreira na área editorial –, gostaria de deixar claro que, apesar de o curso que tirei na universidade ter, na época, o ensino como saída mais óbvia, a verdade é que as minhas capacidades pedagógicas – como concluí ao fim de cinco anos como professora nos anos 80 – deixam bastante a desejar. Para ser sincera, dir-vos-ei até que só existem duas actividades que desempenho com um mínimo de proficiência – ler e escrever –, as mesmas que, afinal, quase todos os Portugueses hoje dominam; não sou capaz de traçar duas paralelas que não se encontrem num lugar qualquer, fui sempre um zero a matemática, uma nódoa na cozinha, tive de esperar pelos 40 anos para passar no exame de condução e, mesmo nas coisas do amor, fui a maior parte da vida bastante trôpega, conseguindo apenas que alguém se casasse comigo aos 45 anos; e, como já se devem ter apercebido, não tenho o dom do improviso e falar em público, mesmo para gente mais nova e mais inexperiente,

¹ Conferência pronunciada no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, no dia 19 de Dezembro de 2012.

deixa-me pouco à vontade. Assim, peço-vos perdão por, neste acto, ir fazer o que detestava que, nos meus tempos de estudante, os professores fizessem – ler, em vez de falar.

Mas, se já aponte, quase sem querer, uma falta à Faculdade que frequentei – a de não me ter preparado para comunicar oralmente no âmbito de uma lição –, também posso dizer-vos que um editor é, acima de tudo, um leitor profissional, pelo que um momento de leitura poderia até tomar-se como a parte de um todo mais ou menos desejável; mas, além disso (e agora já não estou a arranjar desculpas esfarrapadas), ao ler um texto nesta sessão, sinto que presto à faculdade que me formou uma homenagem, pois, embora tenha aprendido a juntar as letras aos cinco anos, é da mais elementar justiça afirmar que só durante a licenciatura aprendi realmente a ler e que, não fossem esses tempos e a abertura mental que produziram em mim, quiçá estaria hoje a ler o tipo de livros que me tenho esforçado ao longo dos anos por não publicar. Contudo, para que me entendam melhor, é necessário situar-vos nos meus tempos de aluna, fazer-vos uma cronologia suficientemente eloquente, em suma, ir mais atrás para poder regressar. Até porque a maioria dos alunos que hoje me escutam nasceu num Portugal se calhar tão triste e bisonho como esse, mas decididamente mais livre, mais europeu e, o que para o caso é fundamental, com uma população potencialmente leitora. Porém, nem sempre foi assim.

No final dos anos 50, quando eu nasci (afortunadamente, de pais leitores), Portugal tinha uma taxa de analfabetismo que nos fazia corar diante de muitos países da Europa e até de outros em bem mais longínquos continentes; grande parte dos Portugueses reconheciam apenas as letras que os faziam apanhar o autocarro certo para o emprego e tinham aprendido a conferir os trocos para não serem levados no mercado; e a outra parte – os que tinham o privilégio de frequentar a escola (e quase todos em centros urbanos) – estava também de certa forma inibida de ler, escrever e falar livremente, sob as ameaças do lápis azul da censura e da perseguição política. Vivíamos, pois, isolados do mundo por uma ditadura que ainda estava para durar e, além do vastíssimo oceano, tínhamos apenas um vizinho – a Espanha – que, apesar das afinidades, continuava curiosamente a ser tratado pelos manuais escolares como uma espécie de inimigo histórico, do qual não vinha nem bom vento nem bom casamento. E, ao contrário do que acontecera com os nossos gloriosos antepassados – que tinham levado a língua portuguesa aos quatro cantos do mundo – também não viajávamos; os que saíam do País faziam-no obrigados pelas circunstâncias – eram os pobres que emigravam para a França, a Alemanha e a Suíça, onde esqueciam rapidamente a sua língua para falarem a dos países de adopção; ou os intelectuais que se exilavam ou eram exilados no estrangeiro, mas cujas obras, por razões evidentes, só chegavam a Portugal em pequeníssimas redes clandestinas. Ora, num país que não se sabe

expressar ou que não se pode expressar, era natural que a língua – e, conseqüentemente os livros e a leitura – estivessem obviamente em segundo plano.

Embora a revolução tenha chegado quando ainda era uma adolescente a lutar com as borbulhas (que nem sequer foram muitas) e vivesse num ambiente bastante protegido (isto é, economicamente confortável e não especialmente alinhado em termos políticos), julgo poder dizer, sem me enganar muito, que pertenço simultaneamente à primeira fornada que cumpriu em termos efectivos o desiderato republicano da educação estandardizada (salvando algumas crianças do trabalho de sol a sol nos campos, mas não as poupando a reguadas, bofetões e barretes com orelhas de burro) e à última que pôde compreender, sem ser “emprenhando pelos ouvidos”, a diferença entre viver em ditadura e viver em democracia. Não tive parentes presos, perseguidos ou torturados por discordarem do regime, nem vivi clandestinidade de nenhum tipo – é bom dizê-lo, para que afastem qualquer tentativa de heroísmo das minhas intenções. E, mesmo assim, com uns míseros 9 anos e a altura ridícula de 1,27 m (era, pelo menos, o que dizia o BI), a primeira coisa que me perguntaram no exame da quarta classe (hoje quarto ano), numa sala onde havia um enorme retrato do então presidente do Conselho Marcello Caetano, foi quais eram os meus deveres para com a pátria. Não posso dizer que isso me tenha exactamente traumatizado, mas a verdade é que, mesmo sem recordar a resposta que dei, até hoje não esqueci o episódio, tal como não esqueci a frequência com que apareciam polícias com cães à porta do Instituto Superior Técnico em Lisboa à hora a que regressava a casa depois das aulas do então Ciclo Preparatório e percebi que ninguém me queria explicar o que ali iam fazer... E, embora me tenha sabido bem, já em 1974, gritar “Saneamento!” à porta do Ministério da Educação, nem sequer avaliei correctamente as conseqüências desse meu acto, pois, não sendo uma aluna exemplar, os meus pais optaram por me manter na escola particular e católica que frequentava desde pequena, aonde os eflúvios da liberdade nunca chegaram realmente nem se pôs em causa o despedimento de qualquer professor.

Falo-vos disto, porque, ao longo da vida, tive mais de uma vez a suspeita de que, mesmo pertencendo a uma família mais ou menos liberal e que lia livros (e muitos deles franceses, que era donde pareciam soprar nesse tempo os ventos da civilização), sem a chamada Revolução dos Cravos, e inserida num meio em que as meninas tiravam cursos de turismo e secretariado e casavam bem (embora eu já tenha confessado que era um caso perdido), era até possível que não tivesse chegado a frequentar a universidade. E foi ainda, de resto, com a sensação de ter sido criada numa espécie de redoma que, com dezassete anos acabados de fazer, entrei pela primeira vez na Faculdade de Letras de Lisboa para me matricular e fui brindada com uma ameaça revolucionária que mudaria a minha vida: uma

faixa que se estendia a toda a largura do átrio principal e onde se lia em letras garrafais: “Morte ao Tomás!” (E neste ponto, talvez seja melhor explicar aos mais novos que este Tomás era o Presidente da República do regime que caíra no 25 de Abril, mas que anunciara querer regressar a Portugal). Não me perguntem porquê, mas terá sido no exacto instante em que li essa frase – Morte ao Tomás! – que tive a consciência de que iria finalmente ter oportunidade para conhecer o outro lado do mundo – o lado onde se lia, se ficava a saber e se tinha coragem para dizer não. E pareceu-me que, a partir desse dia, essas três coisas bem podiam ser os meus deveres para com a Pátria.

Trago, pois, dos meus tempos de faculdade, a memória de uma época decididamente empolgada em conhecer, debater e contestar quase tudo – ou seja, em ler furiosamente, pôr tudo em causa e não aceitar interpretações literais. Um dos meus professores de Literatura Inglesa, vendo-me um dia sentada a ler nos degraus de pedra da faculdade, colocou-se de pé à minha frente, esperou que eu levantasse os olhos e, quando finalmente o encarei, perguntou-me à queima-roupa: “É fofa a relva industrial?” Outro, chegando à caixa do bar onde se fazia o pré-pagamento, pediu com grande naturalidade à funcionária: “Dá-me néctar, ambrósia”. Quando a senhora franziu o sobrolho e lhe respondeu, apatetada, que não tinha, comunicou-lhe então, com certo enfado, que tomaria uma simples bica. Por estes exemplos caricatos, mas sintomáticos de uma certa irreverência, facilmente se depreenderá que, enquanto alunos, tínhamos gente bastante original e criativa a puxar por nós. Não nos querendo moles e pacíficos, estáticos e obedientes (já bastava de Estado Novo e de fascismo), mais do que ensinar-nos programas pré-definidos ou indicar-nos bibliografia especializada, os professores abriam-nos os olhos para o mundo: diziam-nos que não fôssemos só às aulas e mandavam-nos ao cinema e ao teatro, aconselhavam-nos espectáculos e exposições, falavam-nos de experiências radicais na música e na dança e – sobretudo – emprestavam-nos romances, ensaios e livros de poesia que, por qualquer coisa que tínhamos dito numa aula, estavam convencidos de que iríamos gostar. Era um tempo em que Portugal parecia estar a despertar de uma letargia demasiado longa – e por isso também não faltavam greves, manifestações e reivindicações (lembro-me, por exemplo, de um professor se escandalizar com o regresso do livro de ponto e se recusar a assiná-lo); mas estas, longe de nos alterarem o conforto das rotinas – como hoje parece acontecer –, serviam de mote a aulas extraordinariamente interessantes, nas quais, em vez de aprendermos gramática, representávamos pequenos *sketches* em inglês nos quais exprimíamos livremente as nossas opiniões e criticávamos abertamente os padrões, os capitalistas, o Estado, os governantes e até o papa se viesse a propósito.

Tendo crescido num tempo de silêncio e imobilidade, como atrás vos disse, e ainda por cima com a nuvem negra do pecado a retrain a curiosidade, porque o Catolicismo era bastante castrador, aproveitei ao máximo essa abertura ao conhecimento e ao debate. E, porém, apesar do entusiasmo que sentia por poder ler, saber e dizer não, depressa compreendi que nem todos os meus colegas evoluíam da mesma maneira, que muitos dos que se sentavam nas salas de aula ao meu lado continuavam, efectivamente, incapazes de se afastar de um sentido demasiado literal, demasiado lógico, demasiado óbvio das coisas – e que isso nada tinha que ver com a respectiva inteligência. Para vos dar um exemplo, já no terceiro ano do curso, um professor bastante temperamental pediu, na primeira aula do ano, que alinhássemos por escrito as razões por que tínhamos escolhido, entre tantas opções de literatura, uma cadeira exclusivamente de poesia. Um dos meus colegas não foi além de responder que a poesia estava em tudo, avançando, entre outras ingenuidades, que achava o pôr-do-sol muito poético. O professor sugeriu-lhe então que imaginasse o casal Santos, a dona Maria e o senhor Manuel, a um domingo, sentados dentro de um *Taunus* azul-claro; ele lendo a *Bola*, ela fazendo malha, ambos diante do Tejo ao pôr-do-sol; e depois declarou: “Não me diga que ainda acha que o pôr-do-sol é poético...”. Não querendo defender tal método, a verdade é que faltava elasticidade a muitas cabeças para chegarem mais longe – e, com o tempo, concluí que as vantagens que eu e outros estudantes tirávamos do que aprendíamos se prendiam sobretudo com a nossa experiência de leitura de textos literários desde a infância, único mecanismo disponível, à época (convém lembrar que estamos ainda milhas da Internet e da TV por cabo), para conhecermos outros mundos, para nos conhecermos a nós próprios e para entendermos a mentalidade das pessoas. Disse-vos há pouco que tinha pais leitores e que pertenço à primeira fornada de alunos que foram à escola em bloco; isso significa que partilhei a aventura da educação primária com muitas crianças que, ao contrário de mim, constituíam a primeira geração alfabetizada das respectivas famílias, tendo crescido, quase de certeza, sem livros em casa. Destes alunos, com o milagre da democratização do ensino, muitos entraram seguramente comigo na universidade e terminaram os seus cursos com melhor ou pior aproveitamento, mas lendo, quase sempre, a bibliografia que os professores aconselhavam. E, porém, com diploma ou sem ele, aqueles que só leram esses livros ficaram sempre desfasados dos que liam literatura desde crianças, e nunca me esquecerei de uma colega – hoje quiçá a desempenhar funções como professora do Secundário – ter dito numa dessas aulas de debate que há pouco referi, dessa vez sobre contracepção, que se recusava a ter filhos porque os partos alargavam a vagina e, depois deles, as mulheres deixavam de ter prazer sexual.

Claro que este tipo de ignorância não era o paradigma; serve, ainda assim, para ilustrar que a ausência de senso comum e de cultura geral têm muitas vezes como principal justificação a falta de hábitos de leitura enraizados. De que servia, por exemplo, a essa minha colega ter lido Durkheim, Weber, Gramsci ou Barthes, autores bastante em voga nesse tempo, se nada sabia, afinal, dos factos da vida? E como poderia, apenas dois anos mais tarde, eventualmente a exercer funções docentes, motivar os seus alunos para o prazer da leitura se nunca tinha tido do acto de ler mais do que o sentimento de cumprir uma obrigação?

Há pouco, contei-vos que também eu passei pelo ensino durante um breve período. Pois posso dizer-vos que o que mais me chocou nessa experiência foi perceber que, de todas as vezes que o representante de uma editora entrava na Sala de Professores e ali fazia o seu estendal de livros, era ínfima a percentagem dos docentes que se davam sequer ao trabalho de ir ver, quanto mais comprar. Tenho, aliás, a sensação de que quase todos os actuais alunos universitários que dizem não gostar de ler (e é típico dizer que não se gosta de uma coisa que não se provou) tiveram, numa fase anterior, professores como esses.

Quando abracei a carreira editorial no final dos anos 80, fi-lo, pois, imbuída do espírito de que o editor – substituindo-se ou associando-se a uma escola que alfabetizava mais do que ensinava a ler – era um agente de formação e informação essencial. Mas também aqui convém fazer um pequeno parêntese para contextualizar: sem processadores de texto nem correio electrónico, escrava de um correio que levava dez dias a chegar a um destino tão próximo como a França ou a Inglaterra, com fotocopiadoras que se cansavam à vigésima cópia e nos sujavam os dedos com um pó fino e negro, e a imprimir livros a partir de caracteres de chumbo, a edição era nesse tempo uma actividade próxima do artesanato, não só na medida em que algumas coisas eram efectivamente feitas à mão, mas também porque dava origem a verdadeiros *artefactos* no sentido original do termo, ou seja, de “objectos feitos com arte”. O artista era, evidentemente, o autor, em torno do qual tudo girava, e os catálogos das grandes editoras (que então se contavam pelos dedos de uma mão) faziam-se com autores, que eram seguidos e acompanhados ao longo de toda a sua vida literária. Havia ainda poucos leitores, mas eram exigentes. Havia ainda poucos livros, mas eram literatura.

Consciente de que era em grande parte da leitura – veículo privilegiado do conhecimento – que dependia o desenvolvimento cultural do País, aplaudi, por isso, ao longo dos meus primeiros dez anos de actividade (anos que foram, sobretudo, de aprendizagem dos ossos do ofício), os sinais da mudança: uma certa des-sacralização do livro; o alargamento da sua venda a supermercados, bombas de gasolina e estações dos correios; a criação de

uma rede de bibliotecas públicas que se estendia ao Interior isolado de tudo; a realização de feiras do livro nas escolas, com a presença de escritores para diálogo com os alunos; o aparecimento de suplementos literários, revistas e programas de livros na televisão; em suma, um acesso mais informal e descomprometido à leitura de que todos vós, felizmente, já beneficiaram. E quando, em 1998, comecei a trabalhar, já como editora, numa multinacional alemã, o panorama mudara, de facto, consideravelmente, tendo-se multiplicado exponencialmente o número de leitores – sobretudo leitoras que, de uma vez por todas, trocavam as revistas de bisbilhote por um livro só de texto e com mais de uma centena de páginas, mesmo que de um género a que se convencionou então chamar “literatura light”, mas que não era propriamente literatura. Lembrava-me de o editor com quem trabalhara antes tomar sempre como exemplo a grande percentagem de leitores do Reino Unido e – um pouco ingenuamente – acreditei que um dia chegaríamos lá e que, dessa ficção mais pobre, se passaria naturalmente, mesmo que fosse precisa uma geração, a qualquer coisa de mais carnudo, suculento e respeitável como os livros que então começava a publicar. Parecia-me, além de possível e desejável, realmente belo.

E, no entanto, parafraseando a sabedoria popular, não há belo sem senão – e os números meteram-se pelas letras dentro. Com a emergência de todos esses leitores nos anos 90, o negócio da venda de livros tornou-se francamente interessante, e a edição, atraindo novos investidores, atingiu em meia dúzia de anos, tal como acontecera já noutros países, o estatuto de indústria. A mudança de paradigma teve, obviamente, custos associados: o livro deixou de ser o tal “objecto feito com arte” para se transformar num mero produto, igual a uma pasta dentífrica ou a um detergente. E os papéis inverteram-se, tendo passado a ser o leitor – visto como cliente ou consumidor final – o centro de toda a actividade e aquele que determina, através de modas, tendências e um gosto mais ou menos globalizado, o que se deve publicar. O autor foi, assim, reduzido a apenas mais uma peça da engrenagem e – a menos que tenha a capacidade de se tornar rapidamente uma marca que todos querem comprar – raramente a mais importante; por isso, se for alguém conhecido do público através da televisão (mesmo que não saiba escrever), tanto melhor; e, não o sendo, chega a desejar-se que tenha atributos físicos que agradem às massas e, dessa forma, as atraia para o que escreve. (Não, embora pareça, não estou a brincar: nas feiras internacionais do livro, não raro os agentes literários nos mostram fotografias dos autores das obras que nos querem vender, dizendo que são *very promotable*). Por outro lado, se antes o escritor era um profissional de outra área que escrevia nas horas vagas, hoje é um profissional da escrita; e, como profissional, não lhe basta escrever, tem de sair da sua torre de marfim e mostrar-se ao seu público, deslocando-se permanentemente a bibliotecas, universidades

e livrarias para convencer os leitores a lerem a sua obra e, conseqüentemente, a obter o êxito que ambiciona. E, por força de tanta actividade, quer também ganhar mais dinheiro.

As livrarias e outros pontos de venda de livros, apercebendo-se de um florescimento claro do seu negócio com tantos leitores novos, criaram cadeias de lojas em todo o País (o que levou à falência muitos pequenos livreiros interessantes) e – quiçá se para recuperarem o investimento dessa multiplicação de estabelecimentos – ditaram novas regras: descontos adicionais ou pagamento da exposição dos livros, antes gratuita, em topos, mesas e montras, bem como inserções remuneradas nas suas revistas, folhetos e catálogos de grande distribuição, exactamente como se se tratasse de publicidade. A esta espécie de ditadura, as editoras responderam agrupando-se em maciços de chancelas detidos por capitalistas ou grupos empresariais nacionais e internacionais, como aquele em que eu trabalho actualmente. Ora, nesta nova conjuntura, os editores passaram de proprietários a assalariados – ou simplesmente a desempregados, sendo substituídos por jovens que nunca fizeram uma revisão de provas e se calhar nem gostam de ler, mas têm a coragem necessária para abordar pessoas conhecidas a quem encomendar um *best seller*; os que ficaram perderam independência e capacidade de decisão, tendo frequentemente de lidar com as exigências de superiores hierárquicos sem cultura literária, que podem inclusivamente interferir na escolha de um título ou de uma capa, como se o autor não tivesse voto na matéria. Só para vos dar um exemplo deste choque de mentalidades, nessa multinacional para que trabalhei entre 1998 e 2005 publicávamos uma história da arte portuguesa em três volumes de mais de 500 páginas, um dos quais era de leitura obrigatória em vários cursos da Escola de Belas Artes de Lisboa. Tornava-se, porém, muito dispendioso reimprimir anualmente duzentos exemplares a quatro cores (o máximo que a adopção do livro consumia), pelo que, quando o dito volume se esgotou, inquiri a administração sobre a forma de solucionar o problema. Lembrem-se de que estamos a falar de uma história da arte. Pois a resposta foi: Faça sem bonecos! Além disso, no apogeu da economia de mercado, muitos editores, com objectivos difíceis de alcançar e obrigados tantas vezes a um crescimento de x % ao ano na facturação da sua chancela para manterem os respectivos postos de trabalho, riscaram das suas listas escritores que, apesar de aplaudidos pela crítica e detentores de prémios literários de relevo, não vendiam dos seus títulos um número de exemplares que justificasse o investimento; no seu lugar, apostaram em “produtos” (esses, sim, produtos) de venda rápida e segura, importando sucessos internacionais consolidados, como *As 50 Sombras de Grey* ou preferindo a publicação de livros de figuras mediáticas. Mas, apesar das fantásticas receitas que estes geram, e muito mais rápidas do que as criadas pela literatura (salvo em casos excepcionais), a verdade é que o seu prazo de validade é extremamente

curto, deixando, a breve trecho, um imenso vazio nos catálogos onde outrora havia um fundo de *long sellers* de qualidade.

Este fenómeno dos mediáticos-escretores criou aos editores um problema suplementar. Se a fulaninha que apresenta todos os dias o programa da manhã ou da tarde num dos canais televisivos desata a escrever romances, porque não será o comum dos mortais capaz de igual façanha? De repente, toda a gente acha que pode escrever um livro – e o número de originais enviados hoje para as editoras cresceu desmesuradamente; em cada cem, se houver um publicável, temos sorte. A maioria vem com uma sinopse que já diz muito do que se pode esperar da leitura e, frequentemente, a carta ou o e-mail que acompanha a obra serve logo de eliminatória: muitos anunciam ter escrito um romance (mas vai-se a ver e o documento não passa das trinta páginas) e outros nem sequer sabem como endereçar um pedido de apreciação do seu texto, não raro se dirigindo ao editor desta forma: “Olá, chamo-me João e escrevi uma obra-prima”. Longe de pensar que o talento é a excepção, e não a regra, estes autores em perspectiva proliferam como cogumelos e se, como já me aconteceu, dizemos a um deles que tem de cuidar da ortografia pois o seu original vinha crivado de erros que não podemos aceitar em alguém que quer ser publicado, seremos provavelmente brindados com uma resposta como esta: “Desculpe lá, mas não posso dar atenção ao enredo e ainda preocupar-me com essas ninharias”.

Mas não é tudo. Se o crescimento do número de leitores podia ser visto como potencialmente positivo, o aumento do número de títulos tornou-se uma autêntica praga. As livrarias estão cheias de livros que começam a ser obviamente demais para a massa crítica de um país pequeno como o nosso. Consequentemente, a rotatividade nas duas ou três primeiras semanas dita o seu destino: ou o livro roda e se repõe o stock, ou não roda e se devolve para ser saldado ou morrer nos armazéns, quando não guilhotinado e vendido a peso. E, para rodar, não importa apenas o que o livro tem dentro, é preciso cuidar esteticamente da embalagem para atrair leitores. Encontramos, por isso, livros atados com fitas e lacinhos, dentro de caixas às bolinhas e saquinhos de gaze, celofanados com ofertas de frascos de perfume que nem assim dão um cheirinho do texto; e as capas, longe de reflectirem o que o autor escreveu, são uma massa cada vez mais homogênea e indiferenciada de “papel pintado” (a expressão é de Pacheco Pereira), não permitindo ao público destrinçar, por exemplo, tipos de ficção profundamente distintos, por vezes afastando da obra o seu leitor preferencial e atraindo outro que, lidas as primeiras páginas, pousará o exemplar, sentindo quiçá que comprou lebre por gato. E se, há vinte anos, uma crítica publicada num jornal de referência tinha peso e efeitos imediatos e servia para separar a o trigo do joio, a verdade é que, apesar de alguns jornalistas que gostam de ler escreverem ainda sobre

livros, já não temos exactamente crítica literária, o espaço na comunicação social para os livros voltou a reduzir-se e, por vezes, são referidos como os títulos mais importantes publicados num determinado ano reedições de clássicos disponíveis há décadas em Portugal, mas que, de cara lavada, surgem como autênticas novidades, tirando o lugar aos que precisam desesperadamente de promoção e divulgação para vingarem.

Por esta altura, já devem estar a perguntar-se se ainda estou na multinacional alemã – e não estou – ou como permaneço até hoje no mundo da edição com este cenário tão escuro. Pois bem: às vezes, também me pergunto a mesmíssima coisa. E, no entanto, continuo a achar que ler, saber e dizer não são ainda os meus deveres para com a pátria – e que a minha pátria passa, necessariamente, pela língua de Pessoa e pelos livros. Apesar de ter entretanto perdido a ingenuidade e percebido que a grande percentagem dos leitores do Reino Unido que antes me serviu de inspiração, afinal, também não lê propriamente ficção de qualidade, acreditei que não devia desistir de dar o meu contributo para a construção e a defesa da literatura que, mesmo com Internet e televisão ao alcance de todos, continuo a considerar a melhor forma de entender e formar mentalidades. Se ninguém tivesse publicado, suponhamos, as obras de Kafka – que quando saíram pela primeira vez venderam uns míseros 400 exemplares –, se ninguém tivesse publicado Dante ou Maquiavel – só para dar alguns exemplos –, hoje não poderíamos dizer que certas coisas são kafkianas, dantescas ou maquiavélicas. E muitas são-no, incluindo no mundo da edição.

Mas a minha vida, por mais que dure, será sempre mais curta do que a de um bom livro. Não podia, por isso, dedicar o resto de uma vida que foi virada do avesso pelos livros (mesmo o meu casamento teve que ver com eles!) à publicação de obras que, quanto a mim, formavam maus leitores, gente plana, desinteressada e sem capacidade de reacção, gerações infantilizadas que os pais sustentam para lá do aceitável e que agora se dizem “à rasca” e não têm emprego, mas se calhar nunca se deram ao trabalho de ir votar – e portanto facilmente domináveis, como o foram as populações analfabetas do Portugal da ditadura, por todos aqueles que, perversamente, afirmam dar-lhes apenas o que eles querem. Não me parecia justo nem acertado que, em democracia, quando, afinal, se podia ler tudo sem medo, se lesse exclusivamente por entretenimento, e não para saber, para pensar, para poder estar contra, para formar ideias, para entender (ou não entender) o mundo. (E nem se diga que a democracia nos dispensa deste exercício, pois a crise a que chegámos prova bem que custos pode ter a incapacidade de uma visão prospectiva. Presumo, aliás, que os actuais governantes do mundo sejam fracos leitores, porque, como dizia o sábio Padre António Vieira, “quem não quer ler, não quer saber. E quem não quer saber, quer errar”). Além disso, porque pensar á a generalidade das pessoas que a leitura activa, a que

implica esforço e concentração, não é uma excelente forma de entretenimento, quando, para citar Robert Walser, é justamente o desejo de superação da vida comum que confere um propósito à existência?

É verdade, não me resigno facilmente e tenho mau feitio. Todos os chefes que tive até hoje mo disseram, e se calhar com razão. Mas foi exactamente por causa da minha teimosia que consegui lançar, entre outros, autores como José Luís Peixoto, valter hugo mãe ou João Tordo, todos galardoados com o Prémio Literário José Saramago, traduzidos em várias línguas e – para bem da saúde financeira das suas editoras – com títulos que vendem hoje milhares de exemplares. Foi por causa da minha carolice em encontrar agulha em palheiro que me lançaram epítetos divertidos e generosos como “preparadora física da selecção nacional” ou “caçadora de talentos” e ainda – espero eu – que me ofereceram o lugar de editora de novos autores portugueses que presentemente ocupo. E foi certamente por causa desta minha luta obstinada pela publicação de literatura em língua portuguesa que me convidaram para dar esta lição – mesmo sem dotes pedagógicos – aqui na Universidade de Aveiro. Mas, para que tudo isso acontecesse, importa dizer que a minha passagem pela Faculdade foi determinante, pois foi aí, para todos os efeitos, que eu aprendi a ler, a saber e – não menos importante – a dizer não. Espero, por isso, que aqueles que aspiram a uma carreira na edição dêem um dia valor aos anos que passaram aqui.

Obrigada a todos.